

Entrevista com Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (UNESP)

Por Elenita Malta Pereira¹⁵

Paulo Henrique Martinez é professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), desde 2001. Realizou seu doutoramento em História Social pela Universidade de São Paulo, onde defendeu a tese “A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)”, em 1999. A partir de 2000, voltou-se para a história ambiental.

Tem desenvolvido experiência internacional em pesquisa e ensino junto a universidades, instituições culturais, grupos de trabalho, reuniões temáticas e profissionais de países da América Latina, Canadá, Espanha e Portugal e nas relações sul-sul de cooperação técnica e profissional. No âmbito institucional participa da Associação Nacional de História (ANPUH), do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA).

Professor Paulo, para começarmos, gostaria que você falasse sobre sua trajetória como pesquisador: sua tese de doutorado é sobre o pensamento de Caio Prado Júnior, uma contribuição aos estudos do marxismo. Como se deu a sua transição para a história ambiental?

Paulo: A pesquisa que realizei para o doutoramento foi motivada e procurava também atender a alguns anseios gerais, aqueles da minha própria geração, os da década de 1980, em São Paulo. Eram, sobretudo, a compreensão das dificuldades e das possibilidades da mudança social e da democratização da vida política no Brasil; a inserção social dos jovens e estudantes; a participação política dos segmentos de classe proletarizados sob o modelo econômico da ditadura militar, gerador de exclusão social, concentração de renda, predador do trabalho, da terra e da natureza, violento e opressor da criatividade, dos direitos humanos, das liberdades civis elementares. No universo das classes médias, de um lado, a universidade esteve empenhada em aprofundar o conhecimento dessa sociedade perversa e desigual, desde a década de 1960. E, de outro lado, havia as inquietações individuais, compartilhadas em grupos e rodas

15 Doutora em História (UFRGS). Professora de História na UFSC. E-mail: elenitamalta@gmail.com

de amigos, círculos políticos, universitários, culturais e profissionais. Nós acompanhávamos ansiosos as lideranças políticas, ativistas sociais e militantes políticos, intelectuais rebeldes e combativos, muitos deles atuantes na arena política e cultural, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Antonio Candido, Darcy Ribeiro e Dalmo Dallari. Intelectuais que haviam participado em lutas sociais na história republicana despontavam como inspiração, desafiadores da nossa imaginação em busca de caminhos próprios e aprendizado crítico e transformador da realidade social. Caio Prado Júnior era uma dessas referências políticas e culturais. Ele recebeu inúmeros estudos sobre sua obra e pensamento político. Eu deslizei, sem dificuldades, do estudo deste autor e de suas interpretações para as novas tarefas intelectuais que surgiam com a propagação da história ambiental e a sua acolhida no Brasil. A obra de Caio Prado Júnior oferece ao interessado na história do nosso meio ambiente duas fecundas portas de entrada. A primeira é o exame do caráter predatório da colonização moderna no Novo Mundo e nos remete ao cerne do debate sobre a sustentabilidade e a reforma social, por exemplo. A segunda deriva diretamente da metodologia de investigação e de análise dos fenômenos sociais, fortemente marcados por algumas correntes do pensamento histórico e geográfico de meados do século XX. Uma Geografia atenta a múltiplas interações sociais em diferentes ambientes naturais, sobretudo, em escala regional, com estudos rurais e urbanos, e escalas mais amplas, nacionais e internacionais, com estudos sobre o desenvolvimento econômico. Warren Dean percorreu a primeira trilha em sua obra historiográfica e apreciação crítica do desenvolvimento econômico. José Augusto Drummond recomendava entusiasticamente, em sua tese de doutorado, aos interessados em nossa história ambiental, a leitura de Caio Prado Júnior. Encontrar esses avalistas foi para mim um estímulo, pois revigoravam a fundamentação de minhas novas expectativas profissionais e políticas.

Gostaria que você falasse também sobre o que diferencia o trabalho do historiador dos profissionais de outras áreas (Geografia, Biologia, etc.) em relação ao meio ambiente.

Paulo: Vamos partir do fato que o conhecimento histórico é dotado de uma singularidade intransferível e secular, aquela atenção ao tempo na percepção e interpretação do passado das sociedades e dos grupos sociais. Não vejo as identidades disciplinares como barreiras nos estudos do meio ambiente. Antes, elas são a própria base para uma cooperação inter e multidisciplinar. Os procedimentos analíticos e interpretativos do conhecimento histórico estão ancorados, por exemplo, em acesa crítica ao anacronismo, no recurso criterioso às fontes primárias e secundárias, na

precaução diante dos redemoinhos da memória social e do discurso utilitário sobre o lugar e o papel da História na educação escolar e na compreensão do tempo presente. Procedimentos como esses pedem aprimoramento constante, alimentando uma oportuna erudição, e passam por frequente renovação, a tal ponto, que crescentemente tornam-se objeto de investigação pela história da historiografia. Orientam-se esses procedimentos no sentido de atender as expectativas sociais sem abrir mão do instrumental analítico que confere identidade e autonomia crítica ao conhecimento histórico. A contribuição específica da História no estudo do meio ambiente reside precisamente nesse aporte de cautela e de objetividade intelectual; não há dimensões exclusivamente experimentais, como ocorre, por exemplo, na Biologia, na Geografia ou na Psicologia. As possibilidades de cooperação interdisciplinar têm na História, e são também para ela, um vetor de fortalecimento epistemológico, podendo gerar e alimentar perspectivas de pesquisa e de análise instigantes e desafiadoras. Os historiadores e os rios, livro de Victor Leonardi, é lapidar como exploração criativa de novos campos de possibilidades investigativas e interpretativas do conhecimento histórico no Brasil. Há outra variável a ser destacada. A valorização institucional da extensão universitária em tempos recentes abriu inúmeras situações em que o diálogo com outras disciplinas, sejam das ciências humanas ou não, e a aproximação dos profissionais da História das realidades sociais mais concretas e contemporâneas tornaram-se recorrentes. Essa interface é um traço distintivo na formação e na consolidação da história ambiental no âmbito do conhecimento histórico no Brasil. Ela é fruto do nosso sistema educacional e científico. Um fenômeno que adiante mereceria ser examinado com maior atenção às diferentes experiências em curso.

No primeiro capítulo de seu livro “História ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino” (MARTINEZ, 2006), você reflete sobre uma pauta de trabalho para a história ambiental no Brasil. Dez anos após a publicação do livro, como você avalia a produção da área?

Paulo: Eu acho surpreendente. Eu arriscaria dizer, como historiador em busca de evidências empíricas, que a vitalidade, a diversidade e a qualidade intelectual que a historiografia brasileira sobre o meio ambiente alcançou, em tão curto intervalo de tempo, atestam o potencial dessa abordagem e da reflexão histórica que ela proporciona tanto aos especialistas quanto ao conhecimento escolar e na divulgação científica. Outro fator a ser destacado é o da rápida aglutinação de professores, estudantes e profissionais dedicados à história ambiental. Essa aglutinação foi impulsionada em aulas, reuniões e congressos, cursos, palestras, publicações, programas de pós-graduação, projetos de extensão, presença na mídia, inúmeras parceiras

individuais e coletivas, de grupos e projetos de pesquisas e ações institucionais. Acredito que em futuro próximo conheceremos novos dinamismos em nossa historiografia ambiental. Eles serão acionados, de um lado, pela chegada das novas gerações de mestres e doutores às instituições educacionais, científicas, culturais e governamentais, aos movimentos sociais e, principalmente, aos meios de comunicação. Devemos considerar também a própria dinâmica no campo disciplinar do conhecimento histórico. Ela tende ao fortalecimento da história ambiental. A crescente presença social, econômica e política das questões ambientais na vida cotidiana, em escala mundial e local, forçará a porta da historiografia do meio ambiente em busca de diálogos, legitimidade, informação e de fundamentação crítica para a educação, a ciência e a cidadania. Essas situações em gestação devem trazer novos desafios, oportunidades e possibilidades, será um período intelectualmente bastante rico e, se as condições de trabalho na universidade pública e as características do debate público permitirem, assistiremos ao florescimento de pesquisas, profissionais e instituições bastante renovadas e, espero, também renovadoras nas práticas historiográficas e pedagógicas. Faço, arriscadamente, essas projeções sobre as nossas perspectivas frente ao momento atual. Vivemos na primeira década desse século um esforço difuso mas solidário e cooperativo na absorção, na prospecção e no acolhimento da história ambiental no Brasil. Iniciativas pontuais, localizadas até, foram convergindo para a definição de identidades, interesses e articulação de estudiosos e a formação de profissionais. Nos últimos anos, a profusão de artigos e dossiês em revistas, obras coletivas e coletâneas de textos e monografias, resultantes de teses e dissertações e que aos poucos vão ganhando edições em livros, revelam a expressão quantitativa e qualitativa dos rumos e das trajetórias percorridas nessa última década. Esse conjunto permite a visualização em mosaico da distribuição e da concentração regional na composição da nossa historiografia ambiental.

Um dos componentes importantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é o forte vínculo entre educação e cidadania. Qual a contribuição da História Ambiental nesse sentido?

Paulo: A Na década de 1990, com a proposição dos PCNs pelo Ministério da Educação, o conhecimento histórico foi convocado para esse esforço pedagógico de integração de conhecimentos pela interdisciplinaridade e pela transversalidade na educação escolar para a cidadania. O estabelecimento do meio ambiente como um dos temas transversais desencadeou demandas em sala de aula, em projetos político-pedagógicos, na formação de profissionais, publicações especializadas, a elaboração de material e

recursos didáticos. Essas demandas, embora não atendidas plena e convenientemente, lançaram professores e estudiosos em busca de fontes, metodologias e da historiografia sobre o meio ambiente no Brasil e no mundo. Não acredito que a história ambiental tenha uma contribuição singular a oferecer nesse esforço e que a distinga do restante do conhecimento histórico. Ela não pode ser vista como uma pedra filosofal, redentora e decisiva nos estudos ambientais. O ensino e a aprendizagem da história ambiental nos permitem contornar muitas das artimanhas da memória social, do utilitarismo, da desinformação e da simplificação analítica na compreensão do tempo passado e do presente. A sua contribuição é aquela mesma do conhecimento histórico na compreensão do meio ambiente em nosso tempo e em épocas passadas. As novas realidades sociais decorrentes do processo da globalização da vida social impuseram novos objetos, fontes e escalas de investigação ao campo profissional da História. A Agenda 21 brasileira elencou seis eixos temáticos para as políticas públicas ambientais, estimulando o debate sobre os problemas da sustentabilidade nos ambientes urbanos e rurais, a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento regional em infraestrutura e integração, ciência e tecnologia e a gestão dos recursos naturais. Esse pode ser um roteiro orientador, um ponto de partida, para muitas ações pedagógicas e pesquisas históricas escolares, uma vez que encontram amplo e diversificado leque de oportunidades em estudos de caso, tipologia de documentação, experimentação metodológica e a elaboração de sínteses temáticas, regionais e locais. Elucidar pela crítica histórica a compreensão, por exemplo, de processos sociais, de acontecimentos, da memória e do patrimônio natural e cultural, relacionados ou agrupados em torno desses eixos da Agenda 21 brasileira pode ser um caminho gratificante pedagógica, intelectual e politicamente nas práticas do ensino escolar de história, em geral, e da história ambiental, em particular.

Em sua visão, como pode se dar, na prática em sala de aula, uma integração efetiva entre história ambiental e educação ambiental?

Paulo: Antes Acredito que essa seja uma das frentes de trabalho em que conhecemos menos avanços, até o momento. A educação ambiental está prevista na educação básica e isto desatou algumas iniciativas importantes, seja no ensino, seja na formação de professores. A educação ambiental está igualmente prevista no ensino superior e aqui as iniciativas têm sido ainda mais tímidas, embrionárias, quando não, inexistentes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais asseguravam o atendimento daquela exigência normativa no ensino fundamental e médio. Os PCNs abriram espaços na sala de aula para a abordagem do meio ambiente nos estudos de História, facilitando diálogos cooperativos

com outras disciplinas curriculares e atividades extracurriculares. O quanto se deixou de cumprir é parte das dificuldades e das possibilidades da atuação pedagógica e escolar em um país com as características sociais e o sistema educacional do Brasil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental foram além, estabelecendo a obrigatoriedade desta em todos os níveis e as modalidades de ensino. A ideia central, a constituição dos Espaços Educadores de Sustentabilidade (EES), permite articular distintas abordagens didáticas, disciplinares, institucionais e culturais, propiciando capilaridade e organicidade entre diferentes espaços educativos e suas respectivas comunidades. O conhecimento histórico encontra aqui inúmeros canais de comunicação na realização de atividades pedagógicas em sala de aula e fora dela. A articulação dos conteúdos curriculares com a educação ambiental adquire, de um lado, amplitude e abrangência para incorporar as especificidades locais e regionais, históricas e ambientais, e de outro lado, maior liberdade e autonomia na contextualização, reconstituição factual, trabalho com fontes documentais, registros testemunhais e memória social, possibilitando estudos comparativos em diferentes escalas de análise. A integração efetiva vai depender mais da capacidade de interlocução que se estabelecer na articulação entre diferentes sujeitos, espaços e ações de educação ambiental na criação dos EES. Essa interação multifacetada é que vai definir o arco de conhecimentos históricos e ambientais necessários na consecução dos objetivos almejados em cada um destes Espaços. Ação antrópica nos biomas, povoamento, urbanização, atividades econômicas, sistemas de transporte e de energia, geração e destino de resíduos, disponibilidade hídrica, efeitos das mudanças climáticas, entre outros, são fenômenos recorrentes na história recente e estão intimamente associados nas realidades locais e regionais. A história ambiental e a educação ambiental podem construir promissoras relações, amparadas nas principais variáveis mobilizadas nos EES.

Você realizou uma pesquisa sobre a dimensão política dos museus, em sua vinculação com meio ambiente e cultura. Pode falar sobre os resultados dessa pesquisa? Como essas discussões repercutem no ensino de história?

Paulo: A pesquisa começou em 2008 pelo levantamento do patrimônio natural e cultural nos municípios da região de Assis. Essa é uma área de urbanização recente e acelerada, exploração intensiva dos recursos florestais e agropecuária, iniciadas há pouco mais de cem anos. Em 2003, eu iniciara o trabalho de aglutinação e formação de professores com as temáticas ambientais no ensino de história com a organização do Laboratório de História e Meio Ambiente. A

nossa atenção esteve voltada para a educação formal e o ensino escolar. A realização da pesquisa sobre o patrimônio local e regional descortinou caminhos para a educação não-formal. O patrimônio em geral e os museus, em particular, permitem várias abordagens e facilitam a integração de conhecimentos em propostas pedagógicas e ações culturais, aproximando escolas, universidades, instituições municipais e a comunidade. Os resultados foram promissores, com a formação de profissionais, publicações, atividades de extensão, cursos e palestras. Em 2015, retomamos essa busca de interação com escolas, prefeituras e a comunidade. A primeira ação foi no âmbito da extensão universitária, com o Programa Museu e História dos Municípios (MHIMU). O foco é desencadear intervenções imediatas, orientações técnicas e pedagógicas acessíveis aos profissionais em serviços nas instituições culturais, escolas, na gestão de cultura e do meio ambiente. A Coleção Mil Palavras disponibiliza textos curtos e informativos, com aquela extensão máxima, organizados em séries sobre museus, meio ambiente, história das cidades, biografias, entre outras, e acesso público e gratuito pelo Facebook². Foi a partir do MHIMU que passamos a estabelecer parcerias mais efetivas na promoção do patrimônio das cidades da região e estimular a sua multiplicação no estado de São Paulo e fora dele. Iniciamos 2017 com atividades em parceria com a Universidade Federal do Oeste da Bahia. Em Assis, o Laboratório de História e Meio Ambiente está, há dois anos, engajado na revitalização de acervos culturais e das instituições museológicas, em contato com dirigentes municipais, técnicos, escolas, atuando na documentação, preservação, realização de exposições e ações educativas. Os resultados estão despontando, lenta e pontualmente, e alimentam a confiança e a disposição em continuar nesse caminho. Ao longo desses anos, o trabalho com o patrimônio revelou que um grande número de estudantes passava pelo curso de História e, sem demonstrar interesse primordial pela pesquisa, a carreira científica e universitária, retornavam para as suas cidades. Ali, assumiam postos de direção e coordenação de instituições educativas, culturais e ambientais. Dei-me conta de que anualmente entregamos para a sociedade um expressivo número de profissionais sérios e atuantes, mas que não encontravam na universidade situações de ensino e aprendizagem formadoras para a educação não-formal e na gestão do patrimônio cultural e natural, potencializando as suas habilidades, interesses e inserção institucional. Foi a descoberta de um campo de expectativas sociais que a atuação da universidade pública não atendia adequadamente. Esse é o propósito do Programa MHIMU e outras ações correlatas.

2 <<https://www.facebook.com/MHIMU2015/>>.

Em sua visão, quais os temas e/ou perspectivas teóricas que você considera importantes e que ainda não foram abordados pela historiografia ambiental brasileira?

Paulo: Gostaria de lembrar aqui dois conjuntos de temas em uma mesma perspectiva teórica e que estão articulados. Há uma perspectiva bastante fecunda e, a meu ver, pouco explorada na historiografia ambiental brasileira. É o exame da problemática da natureza e do arruinamento nos termos propostos por Victor Leonardi. Ela nos remete diretamente aos processos de apropriação, do uso e da ocupação da terra e pode ser condensada na percepção crítica de Monteiro Lobato. Em referência ao declínio da cafeicultura no vale do Paraíba, esse escritor cravou a expressão “cidades mortas”. Abandonados pela perda do dinamismo econômico, exauridos pela degradação dos solos e a queda na produtividade do trabalho nas fazendas de café, os núcleos urbanos padeceram, no início do século XX, da desolação na vida social e cultural contrastante com a vitalidade conhecida na segunda metade do século XX. Caio Prado Júnior, três décadas depois, constatava que esse fenômeno predatório e autodestrutivo na vida econômica e social, estabelecido com a colonização portuguesa, era recorrente em outros pontos do território e momentos da história colonial e nacional. A leitura apressada pode reduzir essas observações aos chamados ciclos da economia colonial. A atenção ao movimento dialético desses múltiplos processos capta a sua integração e continuidade. O arruinamento presente em localidades e regiões assombra a memória social e a imaginação interpretativa da História. O estudo do fenômeno do arruinamento vai além dessa constatação, pois não se trata de detenção em histórias de episódios de devastação, muito embora essas nos sejam igualmente úteis e necessárias. E nos oferece o desafio de compreender o sentido e a indução das mudanças sociais no Brasil, em consonância com a agenda ambiental na atualidade. Essa remissão ao local, ao regional, no exame das situações de arruinamento, desdobra-se em campo de pesquisa e de análise crítica para a história ambiental. Ela nos sinaliza as propostas pedagógicas e de educação ambiental, referidas anteriormente, na formação escolar para a cidadania e na construção de Espaços Educadores de Sustentabilidade. A história ambiental no Brasil adquire uma estimulante feição integradora do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, ao mesmo tempo em que aproxima escolas, universidades, instituições culturais, profissionais e distintos segmentos da sociedade no debate sobre os destinos coletivos no passado e no presente.

Poderia falar um pouco sobre seu projeto de pesquisa atual, “História Ambiental do Pré-sal: meio ambiente e mudança social em

São Paulo (2007-2018)”? Como esse tema tão importante poderia ser abordado no ensino de história?

Paulo: Nós vivemos na sociedade do automóvel. As grandes cidades estão organizadas para atender aos interesses e necessidades dessa indústria e de grupos de investidores nessa cadeia produtiva. A exploração das áreas do Pré-Sal lançou o Brasil em novo patamar na economia do petróleo e das possibilidades de acumulação intensiva de capital nesse setor da economia. Os efeitos sociais e ambientais diante dessa perspectiva foram rapidamente percebidos e criticados. Essas mudanças situam-se para além do acirramento do conflito federativo entre estados produtores e não-produtores na distribuição de benefícios fiscais e de investimentos públicos. A incidência de vazamentos e acidentes graves em instalações de extração, transporte e armazenamento, contaminação de águas litorâneas e oceânicas, riscos à saúde e segurança do trabalho, aos ecossistemas e à biodiversidade na zona costeira, especulação imobiliária, destruição do patrimônio cultural e natural na Baixada Santista e no Litoral Norte de São Paulo, concentração econômica e demográfica em áreas saturadas pela urbanização, ocupação do solo e a poluição, são variáveis que indicaram as mudanças em curso e os desafios da sustentabilidade e da justiça social no estado de São Paulo. Esses efeitos alcançam a região metropolitana da capital, o vale do Paraíba, o litoral sul e o interior do estado. Infraestrutura, pressões sobre os recursos hídricos e migrações apontam o alcance das transformações em andamento. Esse é o arco de fenômenos sociais e ambientais que o projeto examina com a colaboração e a participação de pesquisadores iniciantes e experientes na equipe. No ensino escolar, os temas do programa Parâmetros em ação: meio ambiente na escola, proposto pelo Ministério da Educação, em 2001, vinculam-se diretamente à economia do petróleo. As questões relativas às fontes de energia, biodiversidade, recursos hídricos, resíduos, sustentabilidade, temas daquele programa, possibilitam inúmeras situações de ensino e aprendizagem a partir da economia do petróleo. O estudo da história ambiental do petróleo também descortina horizontes na história mundial, das relações internacionais e dos grandes espaços, levando a abordagem metodológica das escalas de análise para o ensino escolar de História. O trabalho interdisciplinar encontra na geopolítica e na economia do petróleo variados elementos para o debate sobre a sociedade de risco e as mudanças sociais e ambientais no século XXI. Igualmente, a história regional, a das ciências e da tecnologia poderão ser beneficiadas pela atenção às novas dimensões de tempo e de espaço da sociedade do automóvel e seu insaciável poder organizador da vida cotidiana.

Além do trabalho acadêmico, você mantém uma atuação política, sendo colaborador em diversos veículos de imprensa (jornais, revistas, blogs e sites). Você poderia falar de seus objetivos com

essa atuação, bem sua contribuição para a sociedade, ao transpor “os muros da academia”?

Paulo: A militância política era uma atividade bastante presente, quase indissociada, na vida dos estudantes, sobretudo, na universidade, durante os anos 1980. Havia uma preocupação com a participação política, pela oposição à ditadura militar e ao pacto conservador costurado para salvar o modelo de acumulação de capital, altamente excludente, patrocinado pelos governos a partir de 1964. Havia uma preocupação também em obter uma formação intelectual, cultural e científica que atendesse tanto aos projetos individuais, de vida e de realização profissional, quanto ao desejo de decifrar os ardis reprodutores de uma realidade histórico-social marcada pela desigualdade, a opressão e a violência nas relações e nos conflitos de classes sociais antagônicas. Essa busca de interlocução com a sociedade, com grupos sociais específicos, como trabalhadores assalariados, estudantes, mulheres, indígenas, ambientalistas, movimentos sociais no campo, entre outros, despontava, simultaneamente, como tarefa política e intelectual imediata, inerente uma à outra. Ela foi fartamente praticada pelos militantes naquele momento em folhetos, artigos, entrevistas, expressão artística, literatura, pesquisas. Foi uma prática multigeracional, na qual estavam envolvidos jovens estudantes e trabalhadores e também professores universitários, lideranças políticas, intelectuais e artistas consagrados. Em seu livro *Tempos interessantes: uma vida no século XX*, o historiador britânico Eric J. Hobsbawm recomenda empenho aos profissionais da História na busca de comunicação e de diálogo com o público não-especializado e leigo em conhecimentos históricos. E, por essa mesma razão, merecedor da atenção e do acesso à compreensão do passado proporcionado pela historiografia erudita e institucionalizada de especialistas. Após a Constituição de 1988, foram criados espaços institucionais promotores de participação social e de debates públicos (conselhos, consultas, conferências, planos) no âmbito do Estado. Esses espaços institucionais foram pouco e mal aproveitados, por inúmeras razões, desde o desconhecimento e a inexperiência até a sabotagem e a sua manipulação pelos interesses econômicos e políticos que se sentiram ameaçados pelo funcionamento de estruturas formais de democracia liberal. Aquela efervescência cultural e intelectual começou a ser absorvida pela elaboração da Assembleia Constituinte, nas sucessivas eleições e nas experiências de governo, em todos os níveis, até o seu esfriamento sob os governos do PT (2003-2016). No debate de ideias, hoje, é predominante a presença de sujeitos políticos identificados com o PSDB e seus aliados, de feição utilitária e conservadora, até reacionária. Houve uma retração do pensamento crítico na formulação de propostas de reformas e de transformações estruturais, de valores sociais e aspirações democráticas e

contestatórias. O próprio trabalho do pensamento crítico é diariamente bombardeado no sucateamento, na mercantilização e na privatização da educação, das artes e humanidades, das ciências, dos direitos humanos e da cidadania.

Em seu livro “História ambiental no Brasil...”, falando dos PCNs, você menciona que o destaque neles conferido à “‘formação para a cidadania’ é indicativo de que a democracia não se estabeleceu efetivamente no país” (MARTINEZ, 2006, p. 84). Como você analisa o contexto recente, em que, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) têm tomado medidas bastante antidemocráticas? Quais as perspectivas para o ensino e pesquisa no Brasil em geral e, especificamente, para os estudos sobre a questão ambiental, do retorno de políticas de viés neoliberal?

Paulo: A minha compreensão do processo político recente, no Brasil, parte da realidade mundial, sob os efeitos da crise financeira internacional de 2008. O ritmo lento e a baixa recuperação da lucratividade nos países do hemisfério norte desencadearam a busca de compensações em investimentos nos demais países, entre eles os da América Latina. O impacto da crise de 2008, naquele momento, poupou a economia brasileira de abalos comprometedores. Os efeitos desta crise nos anos seguintes atingiriam fortemente a nossa vida cotidiana, econômica e política. Visivelmente, a partir de 2012, há maior pressão dos interesses do capital estrangeiro e de seus associados nativos para extrair rápida e intensivamente dividendos que recuperassem o patamar de acumulação de capital anterior a 2008. Essa ofensiva neoliberal, em escala internacional, ressuscitou dirigentes políticos, valores e palavras da década de 1990. Os argumentos disparados contra os governos do PT e de seus aliados históricos, as atitudes dos três Poderes, com a conspiração aberta e latente dentro do próprio Poder Executivo, e a frustração com a derrota do candidato do PSDB, nas eleições de 2014, lançaram os interesses do capital em ataques furiosos e que culminaram no golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da presidência da República. A fenomenologia dos episódios políticos surpreende a todos pela perversidade social e alcançou mesmo a crueldade individual em cenas deploráveis. Nessa conjuntura, as perspectivas são de aceleração dos ganhos do capital às custas dos recursos públicos, do mundo do trabalho e do meio ambiente. Esse processo é operado tanto pela destinação orçamentária, favorecendo a transferência de investimentos estatais em benefício de setores específicos como petróleo, agronegócio e comunicações, quanto pela

transferência para a iniciativa privada de bens e serviços realizados no âmbito do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, como meio ambiente, recursos hídricos, saúde, previdência social, educação, cultura, ciência e tecnologia. A pesquisa dos temas ambientais tende, de um lado, a estimular o interesse e a reflexão sobre a intensificação dos processos de degradação e de desarticulação das políticas públicas de meio ambiente. E, de outro lado, a redução e o redirecionamento do financiamento público da pesquisa e da formação de profissionais acarretará, em curto e médio prazo, restrições ao conhecimento e apreciação crítica do tempo presente. O sucateamento das universidades e das instituições científicas e culturais torna evidente o sentido da administração pública regida pelo ideário neoliberal. Vivemos em paradoxo. A emergência das questões ambientais, em duplo sentido, torna-se incontornável e a nossa capacidade analítica e investigativa é radicalmente contraída no mesmo momento em que se aprofundam as transformações no meio ambiente em escala mundial, nacional e regional.

Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Paulo: Eu não poderia deixar de felicitar esse número sobre o ensino de história e o meio ambiente na Revista do Lhisto. E também de agradecer ao convite para participar dessa conversa tão atual e oportuna. Há quinze anos, eu iniciei o meu trabalho didático e de pesquisa em história ambiental pelo estudo das abordagens pedagógicas. Rever essa trajetória e refletir sobre o momento que estamos vivendo foi instigante e proporcionou-me novas inquietações intelectuais no enfrentamento desta realidade tão adversa para a vida social, o meio ambiente, a educação e a cultura no Brasil. A história ambiental, após o golpe parlamentar em 2016, prosseguirá no debate sobre a necessidade da redução das desigualdades sociais, agravadas pela prepotência do poder econômico e o autoritarismo político na espoliação do trabalho, dos direitos de cidadania, da terra, das águas e das esperanças de felicidade humana, individual e coletiva. No caso brasileiro, a história ambiental urbana deverá ter ampliada a sua importância e abrangência, pois os grandes bolsões de pobreza, hoje, ao contrário dos anos 1950 e 1960, não estão mais concentrados no campo, mas nas cidades. A história ambiental do mundo rural brasileiro também poderá ser valorizada diante do poder de impacto, de desagregação social e da insustentabilidade ambiental que caracterizam o agronegócio no século XXI.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros em ação: meio ambiente na escola de 5ª a 8ª séries. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Caderno de apresentação e Guia do formador.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEAN, Warren. A luta pela borracha. Trad. E. Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.
- LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. Tempos interessantes: uma vida no século XX. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- PRADO Júnior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.